

pós-graduação em Antropologia" (<http://www.abant.org.br/index.php?page=1.0>, acessada em 28/01/2007). Quanto à XI RBA, realizada em Recife, de 7 a 9 de maio de 1978, onde ocorreu uma grande mudança política nos rumos da associação, foram eleitos para os principais cargos da Diretoria os seguintes antropólogos: Luiz de Castro Faria (presidente), Yonne de Freitas Leite e Alba Zaluar.

⁵ Embora sem poder apresentar, aqui, dados estatísticos completos, gostaria de comparar a densidade demográfica (para o ano de 2005) de dois municípios bem representativos das duas áreas onde se deram minha própria pesquisa e a de Otávio Velho: Marabá, no sul do Pará (12,97 hab/km²) e Vigia, no Salgado (75,22 hab/km²). Os dados, do governo do Estado do Pará, se encontram em <http://www.sepof.pa.gov.br/microrregiao.cfm>, site acessado em 20/08/2006.

REFERÊNCIAS

ABELÉM, Auriléa Gomes. *Urbanização e remoção: por que e para quem?* (Coleção Igarapé). Belém: UFPA, 1989.

MAUÉS, R. Herald. Eduardo Galvão, a crise da UnB e a VII Reunião Brasileira de Antropologia. In: ECKERT, Cornélia e E. P. de GODOI (orgs.): *Homenagens. Associação Brasileira de Antropologia, 50 Anos*. Florianópolis: Nova Letra, 2006.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. Áreas de fricção interétnica na Amazônia. *Atas do Simpósio sobre a Biota Amazônica*, v. 2 (Antropologia). Rio de Janeiro: CNPq, 1967.

_____. *Urbanização e tribalismo: a integração dos índios Terena numa sociedade de classes*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968.

_____. A Noção de "Colonialismo Interno" na Etnologia. In: *A sociologia do Brasil indígena*. São Paulo: Tempo Brasileiro e Editora da USP, 1972.

VELHO, Otávio Guilherme. *Frentes de expansão e estrutura agrária. Estudo do processo de penetração numa área da Transamazônica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

_____. *Capitalismo autoritário e campesinato*. São Paulo, Rio de Janeiro: Difel, 1976.

_____. *Besta-Fera: recriação do mundo*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995.

DA MICRORREGIÃO DE MARABÁ AO TERRITÓRIO DO SUDESTE DO PARÁ: EXERCÍCIO DE LEITURA DA DINÂMICA AGRÁRIA REGIONAL

Livia Navegantes Alves

Laboratório Sócio-Agrônomo do Tocantins (LASAT)

Núcleo de Estudos Integrados sobre Agricultura Familiar (NEAF)/UFPA

Luiza de Nazaré Mastop-Lima

Laboratório Sócio-Agrônomo do Tocantins (LASAT)

Núcleo de Estudos Integrados sobre Agricultura Familiar (NEAF)/UFPA

O histórico de ocupação da Região Sudeste do Pará, assim como sua dinâmica socioeconômica, tem sido estudado e descrito por vários autores, entre eles Laraia e DaMatta (1967), Velho (1972), De Reynal, Muchagata, Toppal e Hébette (1996) e Emmi (1999). Mais do que processos econômicos, esses autores mostram como esses processos foram vivenciados, construídos e reconstruídos pelos sujeitos sociais que migraram para aquela região, assim como pelos sujeitos que lá habitavam, como é o caso das populações indígenas referidas no trabalho de Laraia e DaMatta (1967).

Dos estudos citados, destaca-se o trabalho de De Reynal et al. (1996) por representar um referencial dos estudos sobre a dinâmica agrária regional, realizados com base na atuação de equipes de pesquisadores ligados a universidades, em parceria com os movimentos sociais locais, como é o caso do Laboratório Sócio-agrônomo do Tocantins (LASAT), que atua na referida região desde 1989, e é vinculado ao Núcleo de Estudos integrados sobre Agricultura Familiar (NEAF), da Universidade Federal do Pará¹. Os dados apresentados neste artigo representam um exercício de leitura da dinâmica agrária regional, e foram coletados com base na atuação de pesquisadores do LASAT no Sudeste do Pará, da participação destes em fóruns regionais de discussão e deliberação, e da elaboração do *Diagnóstico socioeconômico e ambiental da produção familiar do sudeste do Pará* (LASAT/SDT, 2006).

DA INTENÇÃO DE INTEGRAR AOS CAMINHOS DA INTEGRAÇÃO

Ao exporem como se deu o processo de ocupação da Região Sudeste do Pará, os autores anteriormente citados evidenciam que o início da colonização dessa região de fronteira agrícola foi marcado pela

intencionalidade do Estado em integrá-la ao restante da nação, tendo como preceito uma estratégia desenvolvimentista, baseada na produção pecuária de larga escala, praticada de forma extensiva.

O suporte do Estado para a pecuarização da Amazônia se deu de diferentes formas, mas, especialmente, por meio de incentivos fiscais e de crédito, o que acarretou a expansão irrestrita do latifúndio na Região Sudeste do Pará (HÉBETTE, 2004). A política fundiária, que reconhecia e reconhece até hoje as pastagens como benfeitoria indenizável, em contraposição à mata nativa, estimula a ampla implantação deste tipo de cobertura vegetal, principalmente em regiões como a de Marabá, onde grande parte das terras é de domínio da União, sendo apropriadas à revelia das ações estatais, comumente com uso da força.

Intimamente ligada ao processo de colonização da região e ao fomento da pecuária, estava a exploração madeireira, que antecedia a implantação das pastagens. Em um contexto de absoluta falta de infraestrutura, essa atividade garantia abertura, mesmo que de maneira precária, de pequenas estradas e a construção de pontes em plena floresta, tornando-se também por isso uma atividade importante. Esse tipo de exploração foi implementado de forma tão predatória que hoje grande parte da indústria madeireira teve que se deslocar em direção Oeste de Marabá, rumo a São Felix do Xingu, para uma região conhecida como “Terra do Meio”.

Essa política de colonização assumiu, na região de Marabá, um viés igualmente marcante, o alijamento dos agricultores, uma vez que o ator privilegiado pelas estratégias de desenvolvimento propostas era o fazendeiro. Desta forma, nessa região, a colonização em massa se deu de forma espontânea, não-dirigida, ou seja, sem a interferência direta do Estado, apesar de se considerar que nenhuma forma de colonização é imune à ação do Estado que, nesse caso, agiu ao privilegiar uma atividade econômica e, em conseqüência, um ator social, abandonando outros, segundo as análises de Hébette (2004).

EM 1996, A MICRORREGIÃO DE MARABÁ

De Reynal et al. (1996), ao estudarem sobre a dinâmica agrária da microrregião de Marabá, destacaram pelo menos cinco fases marcantes no seu processo de ocupação. A primeira fase refere-se ao período de 1970 a 1984, quando os fazendeiros e a oligarquia local são apoiados pelas políticas

governamentais de integração da Amazônia, cujo marco importante foi a construção da rodovia Belém-Brasília, finalizada em 1973. Na segunda fase, que vai de 1985 a 1989, a colonização acontece principalmente motivada pela construção da hidrelétrica de Tucuruí, uma das maiores do mundo, e é marcada por intensos conflitos entre “grileiros” e “posseiros”, gerados pela valorização das terras após a implantação das estradas. A terceira fase é marcada pelo período da Nova República, representado pela homologação da posse, por parte do Estado, de grandes áreas de terras em conflito no Polígono dos Castanhais, nas proximidades da cidade de Marabá. A quarta fase, na década de 90 do século XX, é representada, principalmente, por ocupações nas condições mais limitantes de acesso a infra-estrutura e ao mercado e ainda pela pressão social na busca de políticas voltadas para os interesses dos agricultores. A última fase, contemporânea às descritas por De Reynal et al. (1996), é a dos grandes projetos minero-metalúrgicos. É uma fase marcada pela abertura do garimpo de Serra Pelada, integrante do complexo Carajás, no final dos anos 70, e que vem sofrendo transformações ao longo do tempo, cuja base perdura até a atualidade. Situado na Serra dos (índios) Carajás, a aproximadamente 170 km de Marabá, o garimpo é a principal província mineralógica brasileira e contém a maior reserva mundial de minério de ferro de alto teor, além de grandes reservas de manganês, cobre, ouro e minérios raros.

O complexo Carajás foi trabalhado para gerar divisas, por meio da exploração dos recursos naturais, principalmente depois que a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), então uma empresa estatal, assumiu o controle majoritário desse complexo, em 1979, lançando o Programa Grande Carajás, com o objetivo de produzir minérios em escala industrial.

Desde então, a Companhia vem conseguindo sucessivos recordes com relação à produção de minério de ferro e à lucratividade, especialmente após sua privatização, em 1997, sendo, atualmente, a segunda maior empresa de mineração do mundo. Estimativas da empresa apontam para mais 200 anos de exploração do ferro de Carajás, se forem mantidos os atuais ritmos de produção.

Atualmente, a exploração mineral na região não se concentra mais na produção de ferro; o cobre e a bauxita vêm ganhando maiores proporções, com a abertura de novas minas, a partir de 2000, relativamente próximas a Marabá. Além disso, a CVRD faz grandes investimentos em outras áreas, como nos serviços de logística, detendo importantes ferrovias e portos, e na

industrialização do ferro e produção do alumínio. Neste sentido, destacam-se os incentivos da empresa para a criação de novas siderúrgicas na região de Marabá.

Esse histórico demonstra que a colonização da microrregião de Marabá envolveu uma forte disputa de projetos de desenvolvimento. Inicialmente o projeto hegemônico era o da pecuária, em seguida acrescentou-se a exploração mineral em face da descoberta da enorme potencialidade dos recursos naturais regionais. Contudo, ambos convergiam para a produção em larga escala, preferencialmente voltada para a exportação. Porém, o grande fluxo migratório, imprevisível pelas políticas da época, e que foi potencializado pela construção de estradas e pela demanda de mão-de-obra para os grandes projetos, revelou, com o tempo, projetos mais adaptados à produção em baixa escala, tendo na diversificação seu sustentáculo.

EM 2006, O TERRITÓRIO DO SUDESTE PARAENSE

Atualmente, vivencia-se, na Região Sudeste do Pará uma fase deslanchada a partir de 1996, quando o governo federal definiu uma política mais efetiva de apoio ao campesinato em todo o Brasil. No nível regional, esta política se concretizou, principalmente, pela regularização fundiária de áreas sob posse de agricultores familiares. Diante da criação de uma superintendência do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) em Marabá, em 1997, a política fundiária implementada no Sul e Sudeste do Pará, até então gerida pela superintendência do INCRA em Belém, efetivou a criação de 396 assentamentos, até abril de 2007, contrastando com os 77 criados no período de 1987 a 1996, o que consolidou a fixação de agricultores na região. Além disso, o Estado passou a referir-se à região, passando a referir-se a ela como o Território do Sudeste do Pará - assim estabelecido a partir da implementação da política da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) em discussão com atores locais -, sendo este constituído por sete municípios: Marabá, Itupiranga, Eldorado do Carajás, São Domingos do Araguaia, Parauapebas, Nova Ipixuna e São João do Araguaia.

Nesse contexto, pretende-se, com este artigo, refletir sobre algumas mudanças ocorridas na dinâmica agrária da Região Sudeste do Pará, de 1996 a 2006, e sobre o que representa a passagem da microrregião de Marabá para o Território Sudeste Paraense em relação às políticas públicas. Não se trata de

fazer atualização de dados acerca das localidades estudadas em 1996, mas de fazer uma leitura sobre a dinâmica agrária regional, inclusive enfocando aspectos que não foram trabalhados na leitura anterior, ou pelo menos que, à época, não possuíam a relevância que hoje possuem.

O TERRITÓRIO E SUAS GENTES

Laraia e DaMatta (1967) registraram que a região do Território Sudeste do Pará é tradicionalmente habitada por populações indígenas Jê e Tupi, que entraram em contato com a sociedade local no período das missões religiosas e dos encontros causados pela migração de não-indígenas para a região, motivados por diversos ciclos econômicos nela estabelecidos.

Conforme o histórico de ocupação da região, as pessoas que lá habitavam e aquelas que para lá migraram foram construindo marcas de identificação do Território, no qual convivem atores sociais e interesses coletivos distintos: populações indígenas, latifundiários, agricultores familiares, empresários. Esses diferentes atores apresentam formas diversas de se relacionar com o Território, formas essas com muita frequência conflituosas, como é o caso dos latifundiários com os agricultores familiares, ou das populações indígenas, com a grande empresa de exploração mineral na região, a CVRD. Além disso, a própria concepção do que seja Território para essas pessoas é diferente². Essa diversidade de atores e projetos se reflete nas formas de uso das terras que constituem o Território.

Dados do diagnóstico organizados por Michelotti, Ribeiro e Rampim (2005) evidenciam que de 58,7% da superfície total do Território, 33,6% correspondem a Projetos de Assentamento, 14,3% a Unidades de Conservação e 10,8% a Terras Indígenas, o que, segundo os autores,

[...] revelam diferentes expressões da territorialização da luta pela terra, pois todas elas [formas de ocupação e uso da terra] significam um claro refluxo na territorialização do capital na terra, com seu padrão predominante de homogeneização do espaço, materializado na conversão das florestas em pastagens, para a criação de gado extensivo, e, mais recentemente, na conversão das pastagens já desgastadas em áreas de cultivo agrícola mecanizado (milho, soja) e de reflorestamento (eucalipto), para a produção de carvão para as siderúrgicas (2006, p. 159-160).

O fato dessa diversidade, na maioria das vezes, não ser levada em conta pelas políticas voltadas para a região acarreta dúvidas acerca de dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) sobre a população estimada do Território, conforme se vê na tabela a seguir.

Tabela 1. Área e população estimada do Território (1996-2006)

MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO	ÁREA KM	POPULAÇÃO ESTIMADA 1996	POPULAÇÃO ESTIMADA 2006
Itupiranga	7.880,00	29.171	65.229
Marabá	15.092,00	150.095	200.801
Eldorado dos Carajás	2.957,00	18.393	43.013
São Domingos do Araguaia	1.392,00	17.993	24.230
São João do Araguaia	1.280,00	8.116	17.209
Nova Ipixuna	1.600,00	8.706	14.348
Parauapebas	7.008,00	63.563	95.227
Total	37.209,00	296.037	460.057
Estado do Pará	1.247.689,515	5.768.476	7.110.486
Brasil	8.514.215,300	157.070.163	189.048.643

Fonte: Dados do IBGE sistematizados por LASAT/SDT (2006).

Nota-se, pela tabela, que a população do Território, em uma década, cresceu cerca de 55%, um percentual considerado alto em comparação ao percentual de crescimento populacional no Estado do Pará (23%) e no Brasil (20%) para o mesmo período. Conforme se observa, houve um *boom* populacional no Território e, com isso, a intensificação da diversidade de culturas e de interesses coletivos. Dessa forma, aumentando a pressão no Território, aumenta a pressão por melhores condições de vida.

Na tabela, não fica claro, de acordo com os dados divulgados, se as populações indígenas são contabilizadas ou não, pois os limites de suas terras dificilmente coincidem com os limites geográficos dos municípios do Território, chegando a ocupar áreas de mais de um município, como é o caso dos Suruí Aikewára, dos Parakanã e dos Xikrín do Catete³. Apesar de não considerarem as sociedades indígenas no diagnóstico elaborado pelo LASAT (2006), os dados apresentados referem-se, sobretudo, às populações não-indígenas residentes nos Projetos de Assentamento e nas áreas de agricultura familiar fora dos assentamentos da região.

O crescimento populacional que se observa no Território entre os anos de 1996 e 2006 dá-se também por se considerar o grande número de

famílias de agricultores que ocupam áreas de colonização mais antiga, ou que esperam pela regularização de terras. Segundo dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT), no Sudeste do Pará há um número significativo de ocupações, em que cerca de 9.000 famílias ocupam inúmeras fazendas e aguardam desapropriação das terras. Pode-se inferir, com base nesses dados, que o Território Sudeste do Pará continua representando um pólo atrativo de mão-de-obra para a agricultura familiar que, segundo Michelotti et al. (2006), está se territorializando com mais força na região e re-existindo nesse processo. Além disso, não se pode deixar de considerar a população urbana que ocupa o Território. Alguns municípios apresentam a população urbana muito mais numerosa que a rural, como é o caso dos municípios de Marabá e de Parauapebas. Isso se explica pelo fato de os citados municípios basearem suas economias principalmente em atividades ligadas à minero-metalurgia e ao comércio.

POSSIBILIDADES E LIMITES PARA O DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR NO TERRITÓRIO

Estradas

As estradas representam importante demanda dos agricultores junto ao INCRA por se tratarem de vias que condicionam o escoamento do que é produzido nos assentamentos, além de permitirem a circulação de pessoas e produtos e funcionarem como acesso, pelos agricultores, a serviços que são ofertados nas cidades.

Dados obtidos junto ao INCRA mostram que houve ampliação da rede de estradas nos assentamentos do Território até 2003, sendo que todos os municípios que o compõem foram contemplados, de maneira variada, com a construção e a recuperação de estradas e vicinais nos assentamentos, assim como com a construção e a recuperação de pontes. Segundo esse Instituto, a ampliação da rede viária nos assentamentos do Território até 2003 totaliza 2.132,8 km de estradas implantadas, 781,5 km de estradas recuperadas e 238,8 m de pontes construídas, exceto nos municípios de Eldorado do Carajás e Nova Ipixuna.

Os estudos de De Reynal et al. (1996) evidenciam que a abertura de estradas acontecia principalmente por iniciativa de acordos estabelecidos entre madeireiros e agricultores, mas eram estradas muitas vezes temporárias, uma

vez que a trafegabilidade das mesmas variava de acordo com o período de chuvas e o período seco. Este fator ainda é realidade em muitos assentamentos do Território, pois a quantidade de estradas abertas é ainda insuficiente para atender às demandas dos agricultores. Além disso, os agricultores enfrentam problemas quanto à conservação das estradas, podendo dispor delas em algumas épocas do ano e em outras não.

Rede Elétrica

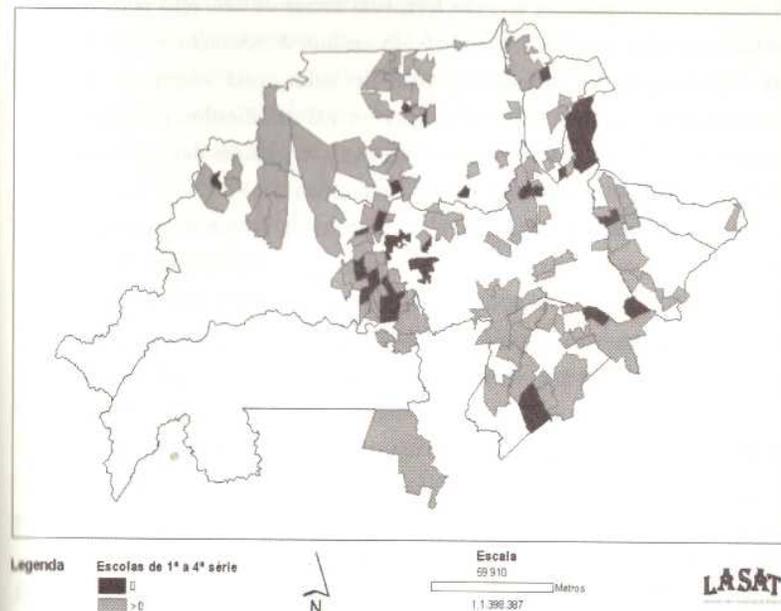
Outra demanda destacada pelos agricultores diz respeito ao fornecimento de energia elétrica. A maior parte dos assentamentos do Território não dispõem desse serviço, principalmente aqueles mais afastados das sedes dos municípios. Registra-se, sobretudo, um crescimento da eletrificação rural a partir do ano 2000, com a implantação do Programa “Luz no Campo” (OLIVEIRA; VEIGA; MASTOP-LIMA; TAVARES, 2003). Com base em dados da Rede Celpa, até 2003, dos municípios que compõem o Território, Eldorado dos Carajás apresentava apenas 34% dos assentamentos com energia elétrica; Itupiranga, 26%; São Domingos do Araguaia, 15%; São João do Araguaia, 12%; Marabá, 7%; e Parauapebas e Nova Ipixuna com 3%.

A demanda dos agricultores por energia elétrica nos assentamentos do Território é antiga. Eles vêem na disponibilidade do serviço a possibilidade de conservar e processar os alimentos que produzem, podendo comercializá-los e gerar renda para as famílias.

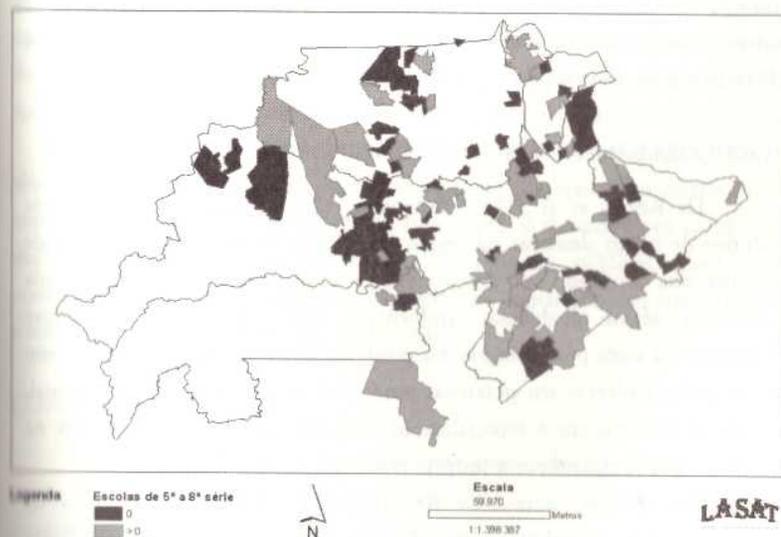
Escolas

A realidade da educação nos assentamentos é motivo de preocupação. O número de salas de aula existentes no Território é insuficiente para atender as demandas, e os problemas enfrentados pelas famílias dos agricultores variam da infra-estrutura das escolas ao número de séries e à qualidade do ensino ofertado. Poucos são os assentamentos que possuem escolas com prédios próprios e com oferta de ensinos fundamental e médio. Em geral, por não possuírem prédio próprio, algumas escolas funcionam em dependências de igrejas, associações, ou em estruturas precárias. Em relação às séries ofertadas, observa-se que o maior número de escolas oferta de 1^o a 4^o séries, este número diminui para escolas de 5^o a 8^o séries e de nível médio, sendo inexistente o nível superior, conforme mostram as figuras a seguir.

Escolas do campo de 1^o a 4^o séries



Escolas do campo de 5^o a 8^o séries



Outra importante questão levantada acerca da educação realizada nas escolas rurais diz respeito à qualidade do ensino. A educação é influenciada pela superlotação de alunos nas salas de aulas, pela oferta do sistema multisseriado com atuação de profissionais pouco qualificados, e também pelo conteúdo trabalhado que, na maioria dos casos, é distante das realidades dos alunos e reproduz o ensino ofertado no meio urbano.

A não oferta de uma educação diferenciada no campo, que valorize e potencialize as realidades dos atores sociais que o constroem dificulta a aprendizagem e tende a distanciar os alunos do meio em que vivem. Soma-se a isso o não aproveitamento do que é produzido nos assentamentos pelos agricultores para a merenda escolar que, em geral, é comprada nas cidades.

Algo que não pode deixar de ser destacado, sobretudo em relação à luta por uma educação de qualidade nas escolas rurais, são as iniciativas dos movimentos sociais que, por meio de parcerias com universidades federais e de pressão exercida no governo, têm conseguido avanços significativos. Exemplo disso, no Território Sudeste do Pará, é a fundação da Escola Família Agrícola (EFA), em 1996, que desde então vem ofertando cursos de ensino fundamental e médio para filhos de agricultores; o ensino médio começou a ser ofertado a partir de 2003. Experiências como a da EFA se concretizam por meio de convênios estabelecidos entre UFPA e INCRA, com o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA). Essas ações têm se multiplicado e tendem a continuar com a oferta de cursos de Educação de Jovens e Adultos (EJA) e cursos de nível superior para assentados de reforma agrária.

PRODUÇÕES E IMPACTOS AMBIENTAIS NO TERRITÓRIO

De Reynal et al. (1996) destacaram que a pecuária era a atividade produtiva de maior destaque na região em estudo, no entanto, a intensidade com que essa atividade era desenvolvida e a maneira como era praticada provocaram sérios problemas ambientais: com ritmo intenso, houve substituição da mata por pastagens e a posterior “crise das pastagens” que, com poucos anos, perderam seu potencial produtivo inicial. A tendência regional, segundo os autores, era a especialização cada vez maior dos agricultores na pecuária, o que comprometia a própria existência da agricultura familiar.

No entanto, uma série de conquistas alcançadas por meio da organização dos agricultores tem demonstrado outro sentido para essa tendência. As principais mudanças provenientes destas conquistas foram

possibilitadas pelo acesso às políticas públicas que se consolidou a partir de 1996. Apesar dos desencontros quanto à forma de implementação, o montante de recursos aplicados e o sentido dado às ações do Estado, seu apoio tem tornado menos crítica a existência da agricultura familiar na região. Assim, o acesso à infra-estrutura viária e a alguns serviços, como a assistência técnica e o crédito, são possíveis para alguns agricultores do Território, especialmente para os assentados, que correspondem a aproximadamente 21.000 famílias, segundo dados do INCRA de 2007.

No que se refere ao aspecto produtivo, a melhoria viária proporcionou mudança no tipo de pecuária praticada, que passou também a objetivar a produção de leite, especialmente entre os agricultores familiares. Com as estradas vieram também os laticínios, que somam nove indústrias formais no território, além de contar com quase uma centena de laticínios informais. Assim, o escoamento e a comercialização do leite ficaram garantidos.

Além das transformações ocorridas na pecuária, o atual contexto favorece alternativas produtivas, como a fruticultura, a criação de pequenos e médios animais, e um extrativismo de produtos diversificados. O plantio de cupuaçu (*Theobroma grandiflorum*) e açaí (*Euterpe oleracea*), além de várias outras frutíferas, tem se destacado como estratégia para a diversificação produtiva, tem crescido bastante com o apoio da assistência técnica e do crédito, mas tem sido especialmente estimulado pelo aumento e consolidação da capacidade de processamento das agroindústrias ligadas às cooperativas de agricultores familiares, subsidiadas pelo governo federal na última década.

Contudo, os projetos de produção de larga escala continuam fortes, e além de estarem voltados para a pecuária de corte, começam a ser direcionados também para a produção de eucalipto, para suprir a demanda por carvão das dez siderúrgicas instaladas em Marabá. As políticas públicas, nesse novo contexto, têm sido contraditórias ao pretenderem apoiar projetos concorrentes, e acabam por favorecer o sistema dominante.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base no que foi discutido neste artigo, observa-se que, de 1996 a 2006, a intencionalidade do Estado em relação à região mudou. Ao implementar políticas como a da SDT, em que a delimitação do Território, em tese, foi dada pelos atores que o constroem, o Estado objetiva fazer com que

esses atores sociais se vejam como pertencentes a este Território, se apropriem de sua dinâmica e possam decidir sobre o seu futuro.

Ao propor isso, no entanto, o Estado se retira da cena da tomada de decisões, em vez de se posicionar como parceiro dos atores sociais nesse processo. Por outro lado, uma vez que as políticas públicas não consideram a diversidade de pessoas e de interesses coletivos, e principalmente os conflitos gerados com base nesses interesses, fica difícil construir um Território que sirva como referência.

Não considerar esses interesses é também deixar de tratar confrontos de projetos e inúmeros problemas gerados a partir deles, que tendem a dificultar a estabilização da agricultura familiar na Região Sudeste do Pará. Esses confrontos persistem, apesar da conquista de mais terras, de políticas públicas e da preocupação com a questão ambiental serem aspectos relevantes para a existência da agricultura familiar regional nos dias de hoje.

A proposta de considerar o Território Sudeste do Pará, privilegiando os atores ligados à agricultura familiar, representa, em si, um incentivo ao conflito. Por um lado, porque o uso do termo “agricultor familiar” torna genéricos os agricultores da região, não considerando a diversidade de agricultores que habitam o Território; por outro, porque não estuda os agricultores em relação aos demais grupos sociais que ocupam a região e que têm sua própria concepção do que seja território: povos indígenas, fazendeiros, madeireiros, empresários da mineração, entre outros. E afinal, o que é o Território Sudeste do Pará?

NOTAS

¹ Cabe ressaltar que o exercício de atualização de leitura da dinâmica agrária regional, em relação ao LASAT, não se realiza apenas por intermédio de projetos de pesquisa desenvolvidos pela equipe de pesquisadores. O exercício é constante, realizando-se também por meio da constituição e da manutenção de fóruns de discussão e deliberação acerca dos problemas enfrentados para alcançar o desenvolvimento regional. Esses fóruns são organizados por instituições e movimentos sociais que refletem sobre questões econômicas, políticas, estruturais, ambientais, entre outras, consideradas de fundamental importância para o desenvolvimento da agricultura familiar existente na região.

² Território para a SDT é: “[...] um espaço que sintetiza e materializa num determinado espaço geográfico um processo social, econômico, ecológico, e cultural complexo, em interação com outros espaços diferenciados” (BRASIL, 2005). Em se tratando de sociedades indígenas, o conceito de território envolve dimensões sociais, políticas e cosmológicas mais amplas

(SEEGER; VIVEIROS DE CASTRO, 1979), expressas pela mitologia dos grupos, por suas crenças, valores, tradições, por visões de mundo diferenciadas que caracterizam etnicamente os povos indígenas.

³ Os Suruí Aikewára têm suas terras pertencentes aos municípios de Marabá, São Domingos do Araguaia e São Geraldo do Araguaia; os Parakanã, aos municípios de Itupiranga e Novo Repartimento; e os Xikrin do Catete, aos municípios de Parauapebas e Água Azul do Norte.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. *Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável - Guia para o Planejamento (Documento de Apoio 2)*. Brasília, DF, 2005.
- DE REYNAL, Vincent et al. *Agriculturas familiares e Desenvolvimento em Frente Pioneira Amazônica*. Pointe-à-Pitre, Univ. Antilles Guyane, LASAT/CAT - UFPA/GRET/DAT/UAG, 1996.
- EMMI, Marília. *A oligarquia do Tocantins e o domínio dos castanhais*. Belém-PA, UFPA/NAEA, 1999.
- HÉBETTE, Jean. *Cruzando a fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia*. Belém: EDUFPA, 2004.
- LARAIÁ, Roque de Barros; DaMATTÁ, Roberto. *Índios e castanhais: a empresa extrativa e os índios do médio Tocantins*. São Paulo: Difel, 1967.
- LASAT/SDT. *Diagnóstico socioeconômico e ambiental da produção familiar do Sudeste do Pará e Plano territorial de desenvolvimento rural sustentável*. Marabá, Pará, 2006.
- MICHELOTTI, Fernando; RIBEIRO, Beatriz; RAMPIM, Sônia. *A re-existência camponesa na construção do território do Sudeste Paraense (1995-2004) - Apresentado no III Simpósio de Geografia Agrária. Presidente Prudente - SP, 2005.*
- _____. *A Re-existência Camponesa na Construção do Território do Sudeste Paraense (1995-2004)*. In: MONTEIRO, Dion e MONTEIRO, Maurílio (Orgs.). *Desafios na Amazônia: uma nova assistência técnica e extensão rural*. Belém: UFPA/NAEA, 2006.
- OLIVEIRA, Myriam; VEIGA, Iran; MASTOP-LIMA, Luiza; TAVARES, Francinei. *Consolidação da agricultura familiar na fronteira agrícola*. Relatório de Atividades. Marabá: Universidade Federal do Pará, 2003.
- SEEGER, Anthony; VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo B. “Terras e territórios indígenas no Brasil” IN: SILVEIRA, Ênio et al. *Encontros com a civilização brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- VELHO O. G. *Frentes de expansão e estrutura agrária: estudo do processo de penetração numa área de a Transamazônica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.